

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Do expert ao sujeito ingênuo: as transformações nos testemunhos dos experimentos e pesquisas psicológicas

Arthur A. Leal Ferreira¹

Resumo: A meta deste trabalho é mapear as transformações nos experimentos psicológicos, apontando especialmente para os deslocamentos no lugar dos sujeitos participantes destes, notadamente no trânsito dos sujeitos treinados (onipresentes nos laboratórios psicológicos do século XIX) para os sujeitos ingênuos, que a partir da década de 1910, passam a se tornar o padrão, dentro de um tipo de design em que estes não tenham possibilidade de clareza do que está sendo experimentado. Esta transformação será discutida com base nos conceitos de docilidade e recalcitrância; se esta como possibilidade de resistência e colocação de novas questões por parte dos seres pesquisados já é considerada menor nas ciências humanas, a primeira, ou o assentimento perante as operações da pesquisa tenderia a se tornar maior nas operações com os sujeitos ditos ingênuos.

Palavras-Chave: Experimentos psicológicos, sujeito experimental, recalcitrância.

Abstract: This work aims to map the transformations in psychological experiments, specially the change of trained subjects (present in the XIX century laboratories) to the naïve subjects, that after the 1910's decade, became the pattern, in a kind of design, where they don't have any idea of what is going on in the experiment. This transformation will be discussed based upon some concepts of the current "Scientific Studies", from Latour, Stengers and Despret: recalcitrance and docility. If the first as the possibility of new questions arising by the researched beings is already considered very rare in human sciences, the second as the acquiescence before research operations tend to become bigger in the models with the so-called naïve subjects.

Key-word: Psychological experiments, experimental subject, recalcitrance.

Os testemunhos psicológicos no século XVIII: o fácil acesso às verdades do espírito

Para falar da história do sujeito experimental, uma boa parte dos manuais de história da psicologia sugere um ponto de partida: a constituição dos primeiros laboratórios científicos no final do século XIX. Antes disso, haveria apenas um "longo passado" de contribuições filosóficas ilustres (dos antigos até a filosofia iluminista do século XVIII) que desaguaria na "recente história científica", inaugurada por estes laboratórios. Contudo, esta concepção presente em manuais clássicos, como o de Boring (1950/1979), é contestada por Vidal (2006), que reconhece uma psicologia positiva no século XVIII, produzida à parte da dita "psicologização", própria do pensamento iluminista mais reconhecido. Esta psicologia,

¹ Professor adjunto do Instituto de Psicologia e do NESC da UFRJ e doutor em Psicologia Clínica pela PUC/SP.

proposta como disciplina positiva, se faz presente em trabalhos na escola eclética escocesa, nos ideólogos franceses e no pensamento dogmático de Christian Wolff. Trata-se de uma disciplina sem formação profissional e com suposto acesso a todos sujeitos predispostos à auto-observação, dada a suposição do pensamento moderno de conhecimento mais fácil do próprio espírito de que dos objetos externos.

Na ponta mais erudita desta psicologia, teríamos o trabalho de Wolff, se detendo sobre a definição das faculdades da alma e na determinação da sua relação com o corpo, enquanto substâncias de naturezas distintas. Esta “pura ciência da alma”, lançava mão de duas abordagens coincidentes: a psicologia racional (dada na postulação a priori das faculdades da alma) e a empírica (dada na descrição a posteriori da alma pela introspecção). Na ponta mais popular, proliferavam as descrições das experiências de vida, tal como presentes na *Revista de Psicologia Experencial* ou *Conhece-te a ti mesmo* de Karl Philipp Moritz. Portanto, não era pedido às testemunhas desse saber nenhuma habilidade especial que não fosse uma boa descrição dos movimentos do seu espírito. De mais a mais, nada se impunha como limite à introspecção: a alma é marcada pela sua transparência.

Contudo, no final do século XVIII, esta forma de psicologia, notadamente as versões racional e empírica de Wolff, passa a ser problematizada por filósofos como Immanuel Kant, apontando para um novo modelo de conhecimento, no qual este saber vai se redefinir. A psicologia racional é um dos alvos da *Crítica da Razão Pura* (1781/1994): o suposto conhecimento racional de uma alma imortal está assentado, na verdade, na experiência do sentido interno fenomenal, que diz respeito ao próprio tempo da consciência (objeto da psicologia empírica). Nada teria a ver, pois, com qualquer abordagem a priori da alma imortal. Este seria impossível: a condição a priori do nosso conhecimento, o *Sujeito Transcendental*, para Kant é a condição de todo o conhecimento, mas jamais objeto de qualquer conhecimento.

Kant conclui que a psicologia racional, portanto é impossível, e tudo o que venha a se afirmar do saber psicológico é, na verdade, psicologia empírica. Mas, persiste a pergunta: caberia uma ciência aqui? A resposta de Kant nos *Princípios Metafísicos da ciência da natureza* (1786/1989: 32-33) é que a Psicologia Empírica não seria nem uma ciência *impropriamente dita*, como a química (por não operar ainda com relações matemáticas). Basicamente para se provar ciência, a Psicologia teria que:

- 1) Descobrir o seu elemento de modo similar à química, para com isto efetuar análises e sínteses;

2) Facultar a este elemento um estudo de tal modo objetivo, em que sujeito e objeto não se misturem;

3) Que se produza uma matematização mais avançada que geometria da linha reta, apta a dar conta das sucessões temporais do sentido interno.

A psicologia do século XIX e o encontro com o corpo sensorial

A superação destes vetos por parte da psicologia no século XIX se deve ao poio da fisiologia sensorial. O primeiro problema listado, a falta de um elemento objetivo, será suprido pela *teoria das energias nervosas específicas* de Johannes Muller. Para este fisiólogo, cada via aferente possuiria uma energia nervosa específica que se traduziria em uma sensação específica de cada nervo. Assim, por exemplo, o nervo ótico excitado pela ação da retina, ou por forças mecânicas e químicas produz sempre imagens luminosas. Assim a *sensação* vai se oferecer como elemento para uma possível psicologia: ela ligaria o mundo físico que estimula os sentidos; o fisiológico, no qual as energias nervosas específicas estão ligadas aos nervos, e o psicológico, uma vez que a sensação seria a base de nossas representações. E quem desenvolve este aspecto, junto com a solução do segundo problema kantiano é Hermann von Helmholtz .

Este autor elaborou em 1860 uma teoria sobre o surgimento das representações psicológicas, ou das apercepções, que, no seu reverso, irá fomentar um novo método para estudo objetivo das sensações. A teoria proposta é a das *inferências inconscientes* e o método, o da *introspecção experimental*, bem diferente do produzido na psicologia do século XVIII. Segundo a teoria, as nossas sensações seriam organizadas por experiências passadas, aptas a ordenar de modo inconsciente e rápido as informações trazidas pelos sentidos, produzindo as nossas representações psicológicas. O modo de análise dessas, a introspecção experimental, se processaria no inverso dessas sínteses inconscientes, visando neutralizar os efeitos dessa inferência operada pela experiência passada. Para neutralizar esta síntese inconsciente, processa-se então uma análise consciente, em que os sujeitos dos experimentos são treinados para reconhecer o aspecto mais primitivo de nossa experiência. Este treinamento, que faz com que este estudo não possa ser feito sobre crianças, primitivos, ou doentes mentais, visa o evitar o *erro do estímulo*, ou a confusão do objeto percebido com os juízos inconscientes acumulados pela experiência passada. Por isto, o estudo objetivo das sensações em um sujeito só poderia ser feito se este mesmo sujeito for também um *expert* em fisiologia, apto a distinguir o joio da experiência passada do trigo das sensações.

O problema da matematização, por sua vez, é confrontado pela psicofísica de Gustav Fechner, delineada nos *Elementos de Psicofísica* de 1860. Isto pôde ser feito através do estabelecimento da primeira lei matemática, batizada por ele de Lei Weber-Fechner, em função do aproveitamento da equação desenvolvida por Ernst Weber sobre as *diferenças apenas percebidas* entre estímulos e os valores absolutos destes. Fechner, além de complexificar a equação, transforma as *diferenças apenas percebidas* em sensações, sugerindo a primeira medição psicológica na relação com os estímulos físicos. Esta formulação matemática foi a derradeira senha que liberou a sistematização do primeiro projeto da psicologia, com reconhecimento institucional: a psicologia enquanto ciência da experiência, formulada por Wilhem Wundt e concretizada no plano do primeiro curso universitário de formação universitário. Como poderíamos caracterizar este projeto?

Em linhas gerais, este projeto irá mesclar as questões e objetos da filosofia do século XVIII (o problema da ilusão) com o manancial metodológico e conceitual dos fisiologistas. Impõe-se o problema do conhecimento, uma vez que se demarca a diferença entre uma experiência passível de representação do mundo (a mediata, ou física) em contraste com outra notadamente falseadora (a imediata ou psicológica).

A necessidade de explicar as causas deste falseamento apontaria para um conceito chave dessa psicologia: o de sensação. Este se colocava como uma espécie de unidade básica da experiência, capaz de dar conta de variações discretas de energia no interior dos nervos, e passível de formulação matemática nos meandros da comparação psicofísica com as gradações dos estímulos físicos. Com isso se tornou a garantia de cientificidade da psicologia e lastro de toda a experiência. O verdadeiro tesouro científico, o mais imediato, ao mesmo tempo que o mais distante a ser buscado nos rigores dos experimentos psicológicos e nos treinos a que eram submetidos os psicólogos. Na requisição de um corpo epistemológico, a psicologia teve que disponibilizar de um corpo fisiológico, com seus modos de produção de testemunho. Para tal, a experiência imediata, recheada de sensações, deveria ser estudada por uma forma de experiência mediata, a introspecção experimental, na qual os sujeitos – devidamente treinados – deveriam decantar da experiência os seus aspectos sensoriais.

Neste modelo de investigação, como nos lembra Despret (2004-a: 62), as funções de experimentador e de sujeito eram perfeitamente intercambiáveis. Inclusive este último tinha uma designação completamente distinta: era chamado de observador, por vezes recebendo uma designação ainda mais específica, conforme a função realizada: reator,

discriminador, etc. (op. cit.: 63)². De mais a mais o papel do observador era avaliado como mais complexo que o de experimentador, supondo até mesmo um maior desgaste seu: Wundt na maior parte de seus experimentos teria feito o papel de observador. É digno de nota que os observadores inclusive assinavam como autores os trabalhos publicados (op. cit.: 64). Em poucas palavras, a formação do observador “se constituía como uma técnica de si sobre si, como uma expertise na formação de si: a vontade, a atenção, o controle do corpo, a clivagem da consciência” (op. cit.: 96).

O declínio do império dos sentidos e do sujeito expert

Este projeto de psicologia e seu modo de produção de testemunhos sofrem na seqüência uma problematização que conduz a uma redefinição dos sujeitos psicológicos- trata-se das críticas produzidas por algumas escolas como a behaviorista e a gestaltista. Tomemos a segunda como exemplo. A alteração conduzida pelo gestaltismo principia-se pela radicalização do próprio alvo da psicologia anterior: a experiência. No entanto, esta não é mais enfocada pelo viés da física (questão do engano) ou da fisiologia (modelo sensorial), e não mais dividida entre imediata e mediata. Será considerada simplesmente tal como ela é apreendida por todo e qualquer sujeito: seja um cientista, uma criança, um animal, um louco, ou um indivíduo de qualquer cultura. Trata-se do que Wolfgang Köhler chama de campo fenomênico, do que Kurt Koffka chama de meio comportamental e Kurt Lewin de espaço vital.

O conceito de experiência ampliado impõe uma nova questão para a psicologia, distinta do problema do engano; este é visto como juízo depreciador da experiência cotidiana perante a experiência científica. Para o gestaltismo, no plano psicológico só há a experiência, e o que importa é o estudo de suas condições de possibilidade, independente desta ser produzida em um laboratório ou no nosso cotidiano. A única diferença entre a experiência comum e a científica é a maior simplicidade desta. Esta quase indiferença é marcada por uma frase clássica de Wertheimer: “A verdade é um caso da ilusão”.

Metodologicamente há um questionamento da introspecção experimental, mostrando-se a artificialidade deste procedimento: não há mais necessidade de treinamento dos sujeitos para se chegar às experiências puras, evitando o “erro do estímulo”. Este treinamento, a busca das sensações puras e o risco do erro do estímulo são considerados pelos

² Segundo Despret (2004-a: 63), o uso do termo sujeito não é sem importância; ele traduziria uma assimetria quanto à especialização e aos papéis desempenhados entre experimentador e experimentado. Ele viria da tradição da psicologia experimental francesa (importado do campo da cirurgia médica), refletindo um tipo de pesquisa realizado em torno da hipnose, contando com a total passividade do experimentado.

gestaltistas como mero preconceito fisiológico, que é tomado por estes como um erro crucial: o “erro da experiência”. O gestaltismo propõe em contrapartida uma metodologia mais adequada à experiência tomada em sentido amplo: o método fenomenológico. Aqui o controle não é mais feito sobre o próprio sujeito, mas sobre as condições experimentais que são apresentadas aos sujeitos, como as disposições perceptivas. Do sujeito se espera a sua descrição mais pura na reação aos estímulos apresentados. Aqui a psicologia sai da exclusividade do estudo dos indivíduos adultos, normais, civilizados e treinados. Entra em cena o sujeito ingênuo; todo o controle pertence ao experimentador.

Sujeito ingênuo, docilidade e recalcitrância

A ascensão do sujeito ingênuo parece, a princípio o trunfo de uma psicologia mais autêntica e mais objetiva, sem qualquer influência prévia do pesquisador ou de um referencial teórico. Contudo, autores como Vinciane Despret, Isabelle Stengers e Bruno Latour, propõe outro referencial para se avaliar esta passagem. Para estes, a influência só se coloca como problema para uma perspectiva epistemológica que supõe o conhecimento científico através da purificação dos dados, em que ao pesquisador caberia apenas a representação dos objetos a partir de sentenças bem construídas. Para estes autores, o conhecimento, ao contrário, se daria sempre como articulação e co-afetação entre entidades, na produção inesperada de efeitos, e não no salto representacional dado na identidade entre uma sentença ou hipótese prévia e um estado de coisas. Para Despret, o conhecimento científico opera nas margens do “mal-entendido de realização” (conferir Despret 2002: 92), como “aquele no qual os acontecimentos podem se atualizar, simplesmente porque a promessa que eles encerram pode se realizar”. Neste sentido, o mal-entendido não é visto como uma influência parasitária a ser purificada, mas uma promessa eficaz na relação entre pesquisadores e pesquisados.

Enquanto articulação, o conhecimento científico não se distingue mais entre má e boa representação, mas entre má e boa articulação. No primeiro caso, temos uma situação em que a articulação é extorquida ou condicionada a uma resposta pontual, conduzindo os seres pesquisados a um lugar de “docilidade”. No segundo, teríamos uma articulação na qual o testemunho iria além da mera resposta, abrindo-se ao risco de invalidação das questões e proposições do pesquisador e a colocação de novas questões pelos entes pesquisados. Aqui teríamos uma relação de recalcitrância.

Ao contrário do que supõe certos pensadores como Herbert Marcuse, para o qual a possibilidade de negação ou resistência seria marca dos seres humanos, estes autores vão opor

a recalcitrância dos seres não-humanos à docilidade e obediência à autoridade científica dos seres humanos, se comportando em geral “como objetos obedientes oferecendo aos investigadores apenas declarações redundantes, confortando então estes investigadores na crença de que eles produzem fatos 'científicos' robustos e imitam a grande solidez das ciências naturais” (Latour, 2004: 217).

Para Latour (1997:301), as ciências humanas só se tornariam realmente ciências não se imitassem a objetividade das ciências naturais, mas sua possibilidade de recalcitrância. Como isto se colocaria na nossa história do sujeito experimental? Para Despret (2004-a) a possibilidade da recalcitrância jamais se colocaria do lado do sujeito ingênuo, daquele que pode ser qualquer um, mas do sujeito *expert*, daquele que é capaz de recolocar questões. Aqui teríamos uma reversão com relação a maior parte dos manuais de história da psicologia: a passagem do sujeito treinado para o sujeito ingênuo não é apenas um passo adiante do conhecimento psicológico na direção da objetividade e do controle, mas um passo atrás na possibilidade de recalcitrância, engendrando articulações dóceis, assimétricas limitadoras com relação aos seus testemunhos. Sujeitos sem a excelência da *expertise* não trazem risco de tomar posição nas investigações (op. cit.: 97). É neste pacto que se fundariam os atuais laboratórios psicológicos.

Contudo, este dispositivo não garantiria uma posição de derradeira ingenuidade por parte dos sujeitos psicológicos: apenas uma posição ambivalente destes, entre a confiança, dada no crédito aos cientistas, e a desconfiança de que algo se esconde (op. cit.: 99). O efeito disto seria uma espécie de clivagem na consciência, típica das situações de confiança & desconfiança conjuntas: a obediência ao cientista, mas com “uma pulga atrás da orelha”, na tentativa de se entender o que se passa. De mais a mais, este “desconhecimento” imposto ao sujeito ingênuo seria visto como inútil e empobrecedor, pois não apenas não exclui a complacência, como se evitam outras possibilidades de intercâmbio entre investigadores e investigados (op. cit. : 100).

À guisa de conclusão, Despret (2004-a:102) enuncia a alternativa para os dispositivos psicológicos: estes seriam “o lugar de exploração e de criação disso que os humanos podem ser capazes quando se os trata com a confiança que se dispensa aos *experts*”. Em outras palavras, tratar-se-ia de uma psicologia que não buscaria mais o testemunho monocórdio de uma lei universal nas reações dos sujeitos a condições limitadoras, mas buscaria novas e mais novas versões nas formas em que podemos nos produzir sujeitos no ato mesmo de nos conhecer. Sem qualquer princípio naturalizador que arbitre sobre os assuntos cotidianos e os fundamentos transcendentais da nossa existência. Pois essa só pode se definir

na articulação diferencial e múltipla das nossas versões. Costuradas na produção de um “pluriverso” de subjetivações.

Referências bibliográficas

BORING, E. G. (1979) *História de la Psicología Experimental* (R. Ardilla, Trad.). México: Trillas (original publicado em 1950).

DESPRET, Vinciane (2002) *Quand le loup dormira avec l’agneau*. Paris: Les empecheurs de penser en ronde.

_____ (2004-a) *Le cheval qui savait compter*. Paris: Les empecheurs de penser en ronde.

KANT, I. (1994) *Crítica da Razão Pura* (M. P. dos Santos & A. F. Morujão, Trads.). Lisboa: Calouste Gulbekian (original publicado em 1781).

KANT, I. (1989) *Princípios metafísicos de la ciência de la naturaleza* (C. Másmela, Trad.). Madri: Alianza, (original publicado em 1786).

LATOURE, BRUNO (1997) Des sujets recalcitrants. In: *Recherche*, Septembre 1997: 301.

_____ (2004) How to talk about the body. *Body & Society*. SAGE Publications (London, Thousand Oaks and New Dehli), Vol. 10(2–3): 205-229.

VIDAL, F. (2006). A mais útil de todas as ciências. Configurações da psicologiadese o Renascimento tardio até o fim do Iluminismo. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur A. L.; PORTUGAL, Francisco T. (orgs.). *História da psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau.